



SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.

CNPJ 25.658.691/0001-46



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em conformidade com as Normas Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras do SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A. relativas aos exercícios de 2021 e 2020 de acordo com a Legislação vigente. Agradecemos aos nossos Clientes, Associados, Fornecedores, Entidades Governamentais e Órgãos Reguladores pela confiança e apoio depositados em nossa administração, e aos nossos Colaboradores pelo indispensável comprometimento, empenho e dedicação demonstrados para a obtenção destes resultados.

São Paulo, 31 de março de 2022

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais - R\$ 1)

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Notas		Notas	
Ativo				
Circulante		44.395.221		38.936.690
Disponível	5	22.653.052	5	5.366.873
Realizável		21.742.170		33.569.817
Aplicações financeiras	6	20.571.734	6	31.806.149
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		15.333.755		13.454.506
Aplicações livres		5.237.978		18.351.643
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	7	917.235	7	1.712.111
Contraprestações pecuniárias a receber		532.871		868.714
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		162.591		195.871
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		221.773		647.526
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	7	11.848		22.437
Créditos tributários e previdenciários	8	156.786		10.289
Bens e títulos a receber	9	79.567		15.664
Despesas antecipadas		5.000		3.167
Não circulante		8.838.085		12.138.214
Realizável a longo prazo		6.342.733		8.438.012
Títulos e créditos a receber	12	-		-
Despesas de comercialização diferidas	9	-		-
Ativo fiscal diferido	10	3.865.581		-
Depósitos judiciais e fiscais	11	148.611		8.438.012
Outros créditos a receber a longo prazo		2.328.541		-
Investimentos	13	2.277.648		3.344.895
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		2.277.648		3.344.895
Participações em outras sociedades		-		-
Imobilizado	14	217.705		355.307
Imóveis de uso próprio		217.705		355.307
Imóveis - Não Hospitalares/Odontológicos		217.705		355.307
Total do ativo		53.233.306		51.074.905
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais - R\$ 1)

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Notas		Notas	
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais - R\$ 1)				
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		109.614.135		103.834.649
Receitas com operações de assistência à saúde		113.052.115		103.834.649
Contraprestações líquidas	20	113.052.115		105.813.283
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		-		(1.978.634)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora		(3.437.980)		-
Eventos indenizáveis líquidos	21	(86.382.330)		(73.939.624)
Eventos conhecidos ou avisados		(85.491.769)		(73.905.858)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		(890.560)		(33.766)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		23.231.805		29.895.025
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		59.198		37.638
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora		2.017.691		2.335.931
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		2.017.691		2.337.640
Outras receitas operacionais		-		(1.709)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(517.557)		(460.868)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(17.865)		(34.578)
Provisão para perdas sobre créditos		(499.692)		(426.290)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora		(2.842.035)		(466.175)
Resultado bruto		21.949.101		31.341.551
Despesas de comercialização		(4.391.199)		(4.099.458)
Despesas administrativas	22	(10.799.726)		(11.672.361)
Resultado financeiro líquido	23	2.000.387		637.051
Receitas financeiras		2.163.247		1.546.129
Despesas financeiras		(162.859)		(909.078)
Resultado patrimonial		(1.056.549)		(626.563)
Receita patrimonial		32.565		181.050
Despesa patrimonial		(1.089.114)		(807.613)
Resultado antes dos impostos e participações		7.702.015		15.580.220
Imposto de renda		(2.170.142)		(3.919.721)
Contribuição social		(789.891)		(1.463.048)
Resultado líquido do exercício		4.741.982		10.197.451
Quantidade de ações		11.000.000		11.000.000
Lucro líquido por ação do exercício - R\$		0,431		0,927
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais - R\$ 1)

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Notas		Notas	
Resultado líquido do exercício		4.741.982		10.197.451
Resultado abrangente do exercício		4.741.982		10.197.451
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais - R\$ 1)

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Notas		Notas	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		4.741.982		10.197.451
Ajustes por:				
Resultados de Participação Societária - MEP		1.056.549		626.563
Depreciações e amortizações		148.295		151.257
(Aumento) redução nos ativos:				
Contraprestação Pecuniária/Prêmios a Receber Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		(153.126)		19.271
Participação Beneficiários Eventos/Sinistros Indenizáveis		33.280		(27.561)
Outros Créditos de Oper. Assist. Saúde		425.753		(642.965)
Créditos Tributários e Previdenciários		(146.498)		(1.871)
Aplicações financeiras		11.234.415		(7.991.737)
Bens e Títulos a Receber		(2.180.367)		1.465
Depósitos judiciais		(302.361)		(2.604.177)
Ativo fiscal diferido		(886.565)		-
Outros ativos circulantes e não circulantes		(2.319.784)		2.882
Aumento (redução) nos passivos:				
Provisões Técnicas		6.414.456		3.903.085
Débitos de Operações Assistência à Saúde		(475.399)		497.434
Débitos de Operações não Relacionados Assistência à Saúde		137.096		(102.385)
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		(920.375)		48.901
Débitos Diversos		491.926		3.727
Provisão para contingências		(2.406)		190.661
Outros passivos circulantes e não circulantes		-		-
Recursos líquidos provenientes das operações		17.296.872		4.272.001
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições do imobilizado e do intangível		(10.693)		(21.373)
Baixas do imobilizado e do intangível		-		-
Recebimento/Baixas de Participação Societária		-		2.120.525
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos		(10.693)		2.099.152
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Distribuição de sobras/Pagamentos Dividendos e Juros Capital Próprio		-		(2.120.525)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos		(2.120.525)		(2.120.525)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		17.286.178		4.250.628
Variação do caixa e equivalentes de caixa:				
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		22.653.052		5.366.874
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.366.874		1.116.246
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		17.286.178		4.250.628
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais - R\$ 1)

	Notas	Reserva de lucro a realizar				Total
		Capital social	Legal	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		11.000.000	958.536	4.169.555	(30.224)	16.097.867
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.197.451	10.197.451
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva Legal		-	-	335.000	(334.820)	180
Reserva de lucro a distribuir		-	-	144.829	(144.829)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		11.000.000	958.536	4.649.384	9.687.578	26.295.498
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.741.982	4.741.982
Combinação de negócios	19.1.5	-	-	-	(10.076.723)	(10.076.723)
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva Legal	19.1.2	-	119.001	-	(119.001)	-
Reserva de lucro a distribuir	19.1.2	-	-	4.233.836	(4.233.836)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		11.000.000	1.077.537	8.883.220	-	20.960.757
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.				

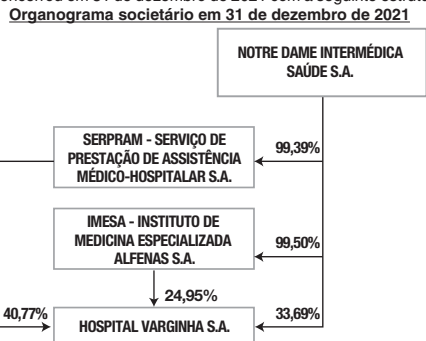
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais - R\$ 1)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A. ("Companhia" ou "Operadora"), empresa controlada pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A. com sede em Afenas na Rua Adolfo Engel, nº 19 - Bloco II - Jardim Tropical, Estado de Minas Gerais, tem como objeto social: (a) a prestação continuada de serviços na forma de Plano Privado de Assistência à Saúde, conforme previsto no inciso I, do artigo 1º, da Lei 9.656, de 3 de setembro de 1998; (b) a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar, e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios; e (c) participação como sócia, acionista ou quotista no capital de outras sociedades. A Companhia é controladora direta e indireta de entidades de capital fechado, reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde - ANS e têm por objeto social a prestação de serviços hospitalares nos campos de medicina, odontologia e hospitalar, abrangendo a operação de hospitais, laboratórios e centros clínicos próprios e atividades afins, conexas e correlatas. Em outubro de 2020, a Controladora da Companhia assinaram Contrato de Compra e Venda de suas operações com Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (NDIS) a Agência Nacional de Saúde Suplementar, por meio do Ofício nº: 145/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE de 11 de dezembro de 2020, deferiu o Pedido Autorização para Assunção de Controle Societário. Defesa Despacho nº 928, de 06 de julho de 2021 e CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica se manifestou a favor da operação. Em virtude das aprovações da ANS e do CADE, em 04 de agosto de 2021 as partes assinaram o Termo de Fechamento do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Companhia, passando nesta data a transferência de controle acionário a NDIS. No decorrer do exercício, à NDIS procedeu à harmonização de práticas contábeis comum ao Grupo Notre Dame Intermédica (GNDI), vide nota 19.1.5.

2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Companhia encerrou em 31 de dezembro de 2021 com a seguinte estrutura societária:



3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras individuais. 3.1.1 Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa (RN) nº 435 de 23 de novembro de 2018 e alterações subsequentes. A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. A Companhia ao elaborar estas informações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios, (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das Informações Financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Informações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia. As Demonstrações Financeiras individuais apresentam informa-

ções comparativas em relação ao exercício anterior e foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 30 de março de 2022. **3.1.2 Base de mensuração:** A preparação das demonstrações financeiras presuppõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue: • Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado. • Provisões técnicas - mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **3.1.3 Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • espera-se que seja realizado, ou se pretende que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; • está mantido essencialmente com propósito de ser negociado; • espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • caixa ou equivalentes de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulante. Um passivo é classificado no circulante quando: • espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado; • deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são contabilizados no ativo e passivo não circulante, respectivamente. **3.1.4 Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a moeda funcional). As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. **3.1.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. (i) **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 13 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Avaliação de passivos de seguros; • Nota explicativa nº 13 - Provisão para ações judiciais. Principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos; (ii) **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possam resultar em um resultado diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 7 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes; • Nota explicativa nº 14 - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, consequentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período; • Nota explicativa nº 20 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos de seguro; e • Nota explicativa nº 22 - Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos. **3.1.6 Mensuração do valor justo** A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • no mercado principal para ativo ou passivo; e • na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo e passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o



SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.

CNPJ 25.658.691/0001-46



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais - R\$ 1)

A Companhia é responsável pelo departamento de avaliação de risco, sendo composto pelos diretores financeiros e gerentes de cada propriedade. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 4 - Instrumentos financeiros. **3.1.7 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: • mensurados ao valor justo por meio do resultado; • mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e • mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia e de suas Controladas para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia e suas Controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. (i) *Ativos financeiros - mensuração inicial:* No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes, a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. (ii) *Ativos financeiros - custo amortizado:* Ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes. (iii) *Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. (iv) *Ativos financeiros - mensuração subsequente:* • **Custo amortizado:** esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • **Valor justo por meio do resultado:** os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho ou perda no resultado do período. (v) *Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros:* Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios: • **Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses:** representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito. • **Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro:** considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente. • **Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação:** considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentou ou diminuiu. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para o estágio 2 ou 3 poderá voltar ao estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. A operação principal da Companhia é predominantemente relacionada com os recebimentos das vendas de plano de saúde. A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente à perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Companhia avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso seja identificada que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro. Para o reconhecimento de vendas de outros serviços hospitalares, a Companhia optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes. (vi) *Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros da Companhia são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e arrendamentos. (vii) *Passivos financeiros - mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • passivos financeiros por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período; e • custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva, em que ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização. (viii) *Desreconhecimento:* (a) **Ativos financeiros - A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; (ii) ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou (iii) na qual nem transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.** A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. (b) **Passivos financeiros - A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. Também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (ix) *Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.1.8 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. Para efeitos de demonstrações financeiras, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia. **3.1.9 Perda de recuperabilidade sobre créditos:** A Companhia constitui provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa - RN 322/2013 alterada pela RN 472/2021. A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos de pessoas físicas (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. Para os créditos não relacionados com planos de saúde é constituída perda de recuperabilidade de créditos para saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos. **3.1.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são utilizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às De-**

monstrações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, nos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **3.1.11 Investimentos:** A participação societária que a Companhia possui em suas Controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está registrada na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial" na demonstração do resultado. As Demonstrações Financeiras das Controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia. **3.1.12 Imobilizado:** Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Grupo do ativo imobilizado	Vida útil	Taxa média anual de depreciação - % a.a.
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%
Veículos	1 a 10 anos	17%
Instalações	5 a 10 anos	14%
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%
Equipamentos de computação	1 a 15 anos	25%

A Companhia revisa o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **3.1.13 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que refletem, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. (i) *Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:* A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (ii) *Contratos onerosos:* Se a Companhia possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada com uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato. Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base: • no custo de cumprir o contrato; ou • no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato; dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato. (iii) *Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:* Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, essas provisões são representadas pela: a) Provisão de prêmio contraprestação não ganha (PPCNG): conforme Resolução Normativa ANS nº 314 de 23 de novembro de 2012. A partir de janeiro de 2013, as contraprestações e prêmios provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde deverão contemplar parcela da PPCNG, no qual o cálculo da provisão apura a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco assistencial dos contratos com modalidade de pré-pagamento. b) Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde): corresponde aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde pública. A Operadora deve registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica "Sistema Único de Saúde - SUS" em contrapartida "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde" no passivo circulante e não circulante. c) Provisão para eventos a liquidar: é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (Resolução Normativa nº 290/2012, alterada pelas Resoluções Normativas nº 322/2013 e nº 472/2021). d) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA): provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos ocorridos e não avisados perante os prestadores da rede credenciada, calculada com base em metodologia atuarial (Resolução Normativa nº 209/2009, alterada pelas Resoluções Normativas nº 227/2010, nº 243/2010, nº 246/2011, nº 313/2012, nº 393/2015 e nº 442/2018). e) Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS): refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros que já tenham ocorrido na rede assistencial do SUS e que não tenham sido avisados. A Operadora efetua o provisionamento conforme as informações disponibilizadas mensalmente pela ANS (Resolução Normativa nº 442/2018, alterada conforme comunicado nº 88/ANS). Conforme Resolução Normativa nº 227/2010 alterada pelas Resoluções Normativas nº 329/2013 e nº 392/2015, nº 419/16, nº 427/17 e nº 430/17, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, são estabelecidas regras para constituição de provisões técnicas. Tais regras exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela RN para cobrir as contraprestações. **3.1.14 Reconhecimento de receitas e custos operacionais:** A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia entende que o mesmo deve atender aos requerimentos do CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento, a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47/IFRS15 - Contratos com clientes. (i) *Reconhecimento de receitas operacionais:* A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As receitas de contraprestações, na modalidade de preço preestabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (pro rata die). Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG", conforme destacado na nota explicativa 20, classificada no passivo circulante. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência. (ii) *Receitas de contratos com clientes:* a) *Prestação de serviços:* A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou que os serviços são satisfetos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo: **Contraprestação variável:** A Companhia possuiu dois tipos de glosas: • internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais; • externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e que por diversos motivos podem ser ou não aprovadas. A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a IFRS 15. Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação a qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato. Sobre o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir e, dependendo do método, a entidade espera melhor prever o valor da

contraprestação à qual tem direito: • O valor esperado: é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares. • O valor mais provável: é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação. • Variável: se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não). (iii) *Reconhecimento dos custos dos serviços prestados:* Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos. **3.1.15 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das Demonstrações Financeiras da Companhia estão descritas a seguir: A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando referenciadas pela ANS. (i) *IFRS 17 - Contratos de seguro:* Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11), emitida em 2005. A IFRS 17 se aplica a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio), principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e o CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. (ii) *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante.* Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • o que significa um direito de postergar a liquidação; • que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. (iii) *Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia. (iv) *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornecem guias não obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

4. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

A Operadora opera com planos de saúde, rede próprias (hospitais e pronto atendimento) e planos odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e clientes individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração. a) *Risco de crédito:* O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com a Resolução Normativa nº 435/2018 da ANS e em acordo com as deliberações do CPC 01 - Redução ao valor recuperável e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Companhia procura priorizar seus ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em instituições que possuam rating mínimo de investment grade na avaliação feita pelas agências Standard & Poor's ou Fitch (entre AAA e BBB-) e obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas. A Companhia trabalha com instituições financeiras que apresentam a seguinte classificação de rating:

Emissores	Rating Nacional - 31 de dezembro de 2021		Rating Nacional - 31 de dezembro de 2020	
	Longo Prazo	AA(bra)	Longo Prazo	AA(bra)
Caixa Econômica Federal	20.571.734	AA(bra)	31.806.149	AA(bra)
	20.571.734		31.806.149	

Fonte: Rating Nacional - Longo Prazo - classificação conforme agência Fitch Rating em 17.01.2022.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pelas RNs 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, para a garantia das provisões técnicas. b) *Risco de liquidez:* A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Companhia, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e pela manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas. b.1 *Gerenciamento do risco de liquidez:*

Gerenciamento de riscos

Liquidez	Disponível e aplicações financeiras	31 de dezembro de 2020			
		Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Imediata	Aplicações financeiras Certificado de depósitos bancários - CDB - pós, Fundos de Renda Fixa Aberto e outros	21.080.675	50,61%	5.363.470	14,43%
De 31 a 120 dias	Certificado de depósitos bancário - CDB - pós, Fundos de Renda Fixa Aberto e outros	15.333.755	36,81%	13.454.506	36,20%
Acima de 361 dias		5.237.978	12,58%	18.351.643	49,37%
		41.652.408	100,00%	37.169.619	100,00%

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pelas RNs nº 419/16, 427/17, 430/17 e nº 448/20 da ANS, a Operadora mantém aplicações financeiras vinculadas para a cobertura das Reservas técnicas no montante de R\$ 15.333.755,45 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 13.454.505,75 em 31 de dezembro de 2020). b.2 *Gerenciamento de ativos e passivos (ALM):* A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (Assets and Liabilities). Risco de seguro: O modelo de

continua



SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.

CNPJ 25.658.691/0001-46



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais - R\$ 1)

23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31 de dezembro de 2021	2020
Receitas com aplicações financeiras	1.597.713	664.092
Juros recebidos	561.240	603.054
Variação monetária ativa	-	272.138
Descontos obtidos	4.294	6.845
2.163.247	1.546.129	
Variação monetária passiva	(1.054)	-
Multas e juros	(40.712)	(756.197)
Tarifas bancárias	(63.400)	(62.209)
Descontos concedidos	(57.693)	(50.290)
Ajuste a valor mercado	-	(40.382)
Resultado financeiro líquido	(162.859)	(909.078)
	2.000.387	637.052

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Operadora possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para parte dos bens do ativo imobilizado, por valores considerados suficientes pela Administração, para cobrir eventuais perdas.

25. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, as operadoras de planos de saúde devem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto. A legislação vigente determina à entidade que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto desta que a conciliação do lucro líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.	
Conciliação entre lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	4.741.982
Ajustes por:	
Resultados de Participação Societária - MEP	1.056.549
Depreciações e amortizações	148.295
(Aumento) redução nos ativos:	
Contraprestação Pecuniária/Prêmios a Receber	(153.126)
Operadoras de Planos de Assistência a Saúde	-
Participação Beneficiários Eventos/Sinistros Indenizáveis	33.280
Outros Créditos de Oper. Assist. Saúde	425.753
Créditos Tributários e Previdenciários	(146.498)
Aplicações financeiras	11.234.415
Bens e Títulos a Receber	(63.902)
Depósitos judiciais	(302.361)

Ativo fiscal diferido	(886.565)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(2.319.783)
Aumento (redução) nos passivos:	
Provisões Técnicas	6.414.456
Débitos de Operações Assistência a Saúde	(475.399)
Débitos de Operações não Relacionados Assistência a Saúde	137.096
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	(2.746.755)
Débitos Diversos	201.841
Provisão para contingências	(2.406)
Outros passivos circulantes e não circulantes	-
Recursos líquidos provenientes das operações	17.296.872

26. EVENTOS SUBSEQUENTE

A partir de fevereiro de 2022, iniciou o levantamento do Laudo para a Incorporação da empresa SERPRAM - SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR S.A., na NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A. sociedade anônima fechada, com sede na Av. Paulista, 867, Bela Vista, CEP 01.311-100, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ 62.550.256/0001-20, empresa do Grupo, com o objetivo de ganhar em sinergias administrativas e operacionais. Esta incorporação tem o prazo para o dia 02/05/2022, se ocorrido os trâmites legais pertinentes.

DIRETORIA

Gilson da Silva Ramos - Diretor de Controladoria

CONTADOR

Willian Ykeuti - Contador - CRC 1SP196148/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores Acionistas e Administradores da

SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.

Alienas - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico - Hospitalar S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico - Hospitalar S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, por meio das Resoluções Normativas 392 e 393/2015 e suas alterações, definiu limites a serem observados pelas operadoras de planos de saúde, na manutenção de garantias financeiras, lastro financeiro, patrimônio mínimo ajustado e da margem de solvência. Conforme mencionado na Nota Explicativa 15, apresenta insuficiência de garantias e lastro financeiro no montante de R\$ 11.344.447. Não estão considerados a integralidade de depósitos judiciais para o SUS, os quais, conforme Nota 11, conservadoramente, nesse exercício, em virtude da aquisição da companhia, o acionista Notre Dame Intermédica, na aplicação do CPC 15 - combinação de negócios, tem como prerrogativa constituir provisão para os valores anteriormente depositados, até que haja uma reanálise do seu corpo jurídico interno junto aos órgãos competentes quanto a efetividade desses depósitos judiciais, a qual será revertida à medida em que forem identificados. A provisão constituída para reanálise foi de R\$ 8.761.809.

Conforme evidenciado na Nota Explicativa 1, em outubro de 2020, os Controladores da Companhia assinaram Contrato de Compra e Venda de suas operações com o GNDI (Grupo Notre Dame Intermédica - NDIS). A Agência Nacional de Saúde Suplementar, por meio do Ofício nº 145/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE de 11 de dezembro de 2020, deferiu o Pedido Autorização para Assunção de Controle Societário. Conforme Despacho no. 928, de 06 de julho de 2021 o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica se manifestou a favor da operação. Em virtude das aprovações da ANS e do CADE, em 04 de agosto de 2021 as partes assinaram o Termo de Fechamento

do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Companhia, passando nesta data a transferência de controle acionário a NDIS. No decorrer do exercício, a NDIS procedeu à harmonização de práticas contábeis comum ao Grupo Notre Dame Intermédica (GNDI), conforme demonstrado na Nota 19.1.5.

Conforme Nota Explicativa No. 26 - Eventos Subsequentes, a partir de fevereiro de 2022, iniciou-se o levantamento do Laudo para a Incorporação da empresa SERPRAM - SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR S.A., na NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A. sociedade anônima fechada, com sede na Av. Paulista, 867, Bela Vista, CEP 01.311-100, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ 62.550.256/0001-20, empresa do Grupo, com o objetivo de ganhar em sinergias administrativas e operacionais. Esta incorporação tem o prazo previsto para o mês de maio de 2022, se ocorrido os trâmites legais pertinentes.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da **SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico Hospitalar S.A.**, é a responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração/gestão.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração/gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração/gestão e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração/gestão somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito disso.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A Administração da **SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.**, é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico - Hospitalar S.A.**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico - Hospitalar S.A.**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis,

tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos da **SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico - Hospitalar S.A.**
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico - Hospitalar S.A.**, a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 28 de maio de 2022

R&R AUDITORIA E CONSULTORIA

CRC/MG nº 5.198-02

CVM 8460

Régis Monteiro Ferreira

Contador

CRCMG nº 67.409

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/37AC-EC04-444C-9D7F> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 37AC-EC04-444C-9D7F



Hash do Documento

9hnO2YThiNrzOowVRQ6UVk7a2pQt7SNTYxWE8wIR+Yc=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/05/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 31/05/2022 21:02 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

